Aviso n.º 22776/2011

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 49.º, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, que aprovou o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas, considere-se por este meio notificado o Senhor Rui José Barata Ramos Lopes, com a categoria de Técnico de Informática, ausente em parte incerta, que se encontra pendente o processo disciplinar n.º 35/2011 PDI contra si instaurado, dispondo do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso, para apresentar a respectiva defesa, podendo examinar o processo, por si ou por advogado constituído, na Direcção Municipal de Recursos Humanos, Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Núcleo de Instrutores de Processo Disciplinar, sito no Campo Grande, n.º 27 — 13.º andar, bloco E, 1749-099 Lisboa.

10 de Novembro 2011. — A Instrutora, *Susana M. Ribeiro da Costa Correia*.

305339686

Aviso n.º 22777/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, por aplicação da pena de demissão, o seguinte trabalhador:

Paulo Alexandre Resina Almeida Ramos — carreira/categoria de Bombeiro Sapador, índice 184 e escalão 4 — vacatura do respectivo lugar/posto de trabalho com efeitos a 28 de Setembro de 2011.

11 de Novembro de 2011. — O Director do Departamento de Gestão dos Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

205348369

Aviso n.º 22778/2011

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto nos artigos 49.º, 57.º e 58.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, notifica-se António Victor Nunes Vicente, Assistente Operacional da Câmara Municipal de Lisboa, que na sequência do Processo Disciplinar n.º 33/2010 PDI, a Câmara Municipal de Lisboa, reunida a 9 de Março de 2011, deliberou aprovar a Proposta n.º 121/2011 e aplicar-lhe a pena de suspensão de 30 (trinta) dias, a qual começa a produzir os seus efeitos legais, nos 15 dias após a data da publicação do presente aviso, de acordo com o art. 58.º do Estatuto Disciplinar.

Mais se informa que por meu despacho de 31 de Outubro de 2011, a pena de suspensão será executada apenas quando o referido trabalhador regresso ao serviço, após alta médica.

A pena foi-lhe aplicada por ter violado o dever geral de assiduidade e da prossecução do interesse público, nos termos do disposto no n.º 1, nas alíneas *a*) e *i*) do n.º 2 e 3 e 11 do art. 3.º e alínea *c*) do n.º 1 do art. 9.º, n.º 3 e 4 do art. 10.º, n.ºs 2 e 3 do art. 11.º e arts. 17.º, todos do Estatuto Disciplinar.

Informa-se ainda que da referida decisão cabe recurso nos termos da lei.

11-11-2011. — O Director de Departamento, *João Pedro Contreiras*.
305348482

MUNICÍPIO DE LOULÉ**Aviso n.º 22779/2011**

Sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Loulé aprovou em 23 de Setembro de 2011, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), uma alteração ao Plano de Pormenor de Vale do Lobo 3 (PPVDL3), ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2004, de 13 de Abril de 2004.

Mais foram cumpridas todas as formalidades legais, designadamente quanto à emissão de pareceres, bem como a realização da conferência de serviços e da discussão pública, a qual, decorreu nos termos do artigo 77.º do RJIGT, no período compreendido entre 20 de Dezembro 2010 e 18 de Janeiro de 2011, não tendo sido objecto de quaisquer reclamações, observações ou sugestões de particulares, sendo no entanto introduzidas alterações ao Plano decorrentes do Aditamento ao Relatório do Mapa de Ruído.

As alterações ao PPVDL3 consistiram em:

- Alterações das tipologias e usos previstos na Unidade 2 (U2);
- Alterações do uso previsto para o Lote 5 A.1;
- Adequação do polígono de implantação na Unidade 2 (U2);
- Adequação das cêrceas previstas no plano com as propostas de ocupação entretanto desenvolvidas;
- Adequação da área destinada a reservatórios de água;
- Adequação dos polígonos de implantação dos lotes 3B.1 e 3D.1 com vista a garantir um afastamento mínimo de 23 metros ao eixo da via VPO/ VNC 522.

As presentes alterações ao PPVDL3 não foram objecto de Avaliação Ambiental Estratégica, dado não serem susceptíveis de terem efeitos significativos no ambiente por se traduzirem em pequenas alterações a algumas especificações técnicas constantes do plano em vigor, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 74.º do RJIGT.

27 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal de Loulé, *Sebastião Francisco Seruca Emídio*.

CERTIDÃO

Nos termos regimentais certifico que, da alínea a) da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé de 23 de Setembro de 2011, relativa à proposta camarária de deliberar sobre a Aprovação da Alteração ao Plano de Pormenor de Vale do Lobo 3 (PPVDL3), nos termos do n.º 1º do art.º 79º do RJIGT, foi aprovada por Maioria.

Vai esta por mim, Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, ser assinada conjuntamente com a Senhora 1ª Secretária da Mesa, levando ainda aposto o selo branco deste Município.

Loulé, 26 de Setembro de 2011 – O presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Mário Patinha Antão; A 1ª Secretária da Assembleia Municipal de Loulé, Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha.

Identificadores das imagens e respectivos endereços do sítio do SNIT (conforme disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

3291 — http://195.23.12.210/ssaigt_incm/incm_images/3291_1.jpg
3303 — http://195.23.12.210/ssaigt_incm/incm_images/3303_2.jpg

Alterações ao regulamento do plano de pormenor de vale do lobo3 (ppvdl3)**Artigo 1.º**

Os artigos 7.º, 8.º, 9.º, 11.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º do regulamento e o Quadro síntese dos índices urbanísticos relativo à Unidade 2 do PPVDL3 passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 7.º

[...]

a) Habitação, nas tipologias de moradia isolada, geminada e em banda, nas subunidades U1.A.U1.B, U3.A, U3.B, U3.C, U4.A, U4.B, U5.A, U5.B, U6.A, U6.B e unidade U7;

b)

c)

d) Cultura, recreio e lazer, em edifícios polivalentes, destinados a actividades de animação cultural e espectáculos, associados ao estabelecimento hoteleiro, na unidade U2;

e)

f)

g)

h) Infra-estruturas públicas e equipamentos.

Artigo 8.º

[...]

1 —

2 —

3 — Excluem-se do número anterior piscinas, terraços descobertos, churrascos fixos e elementos decorativos exteriores distintos dos previstos no número anterior e desligados dos edifícios de habitação que, em qualquer caso, em cada lote confrontante com o golfe, deverão respeitar o afastamento mínimo de 3 m ao seu limite confrontante com o golfe, excepto no que respeita aos lotes 6. A1 a 6. A5 delimitados na planta de implantação.

4 — O polígono base de implantação do estabelecimento hoteleiro inclui também as áreas de implantação de todos os equipamentos e instalações, designadamente, piscinas, estacionamento, anexos e todas as áreas pavimentadas, excepto acessos.

5 — De modo a garantir o cumprimento do regulamento geral do ruído, a implantação das edificações dos lotes 3B.1 e 3D.1 deve respeitar um afastamento mínimo de 23 metros ao eixo da via VP0/VNC 522, conforme previsto na planta de implantação.

Artigo 9.º

[...]

1 — Em cada lote a superfície total impermeabilizada não poderá exceder 50 % da área total do lote em tipologias de moradia isolada e de 70 % nas restantes tipologias de edifícios para habitação e outros usos, excepto na subunidade U4. B, assim como nos lotes 6A.1 a 6A.7, devidamente delimitados na planta de implantação.

- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

Artigo 11.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 — Os valores indicados no n.º 2 não se aplicam aos edifícios para estabelecimento hoteleiro, cultura, recreio e lazer, bem como equipamento religioso.

5 — No lote destinado ao estabelecimento hoteleiro, a área assinalada a tracejado no interior do seu polígono base de implantação, a sul da rotunda onde se inserem a EM 527 e a VP0/VNC 522, deverá adoptar uma solução arquitectónica da volumetria edificada que assegure desafogo visual.

6 — Nos lotes confinantes com o golfe, a implantação de moradias a menos de 10 metros do limite confinante com o golfe, implica um recuo mínimo nesse alçado da fachada ao nível do piso térreo de 6 metros e de 9 metros no piso elevado.

7 — Excepcionam-se do disposto no número anterior os lotes 3.A.1 a 3.A.10; 4.A.4 e 4.A.8; 5.B.14, 5.B.17, 5.B.18, 5.B.24, 5.B.25, 5.B.31; 6.A.1 a 6.A.5; 6.B.1, 6.B.2, 6.B.7 e 6.B.8; 7.1, 7.13 e 7.22 a 7.24, em que o mencionado recuo não permite observar a área máxima de implantação e de construção previstas no presente Plano.

8 — (Anterior n.º 7)

9 — (Anterior n.º 8)

Artigo 13.º

[...]

- 1 —
- 2 —

3 — Na parcela destinada a estabelecimento hoteleiro a área a reservar para estacionamento no interior da parcela deve corresponder a um lugar de estacionamento por cada 3 unidades de alojamento, para veículos ligeiros, acrescido de um lugar de estacionamento por cada 50 unidades de alojamento, para veículos pesados.

4 — Para os equipamentos previstos, nomeadamente para a igreja, as áreas mínimas a reservar para estacionamento de veículos ligeiros, para espaços com capacidade inferior a 250 lugares, devem

corresponder a 3 lugares de estacionamento por cada 10 lugares sentados e, para espaços com capacidade superior a 250 lugares, devem corresponder a 3,5 lugares de estacionamento por cada 10 lugares sentados.

- 5 —
- 6 —
- 7 —

Artigo 14.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —

8 — Não são permitidos acessos aos lotes marginados pela via VP0/VNC 522, a partir desta via, excepto ao lote do estabelecimento hoteleiro, conforme indicado na planta de implantação.

Artigo 15.º

[...]

- 1 —
- a)
- b) Unidade U2, destinada a estabelecimento hoteleiro e equipamentos acessórios ou de cultura, de recreio e lazer;
- c)
- d)
- e) Unidade U5, que integra a subunidade U5.A destinada a comércio e serviços e habitação e a subunidade U5.B destinada a habitação em moradias isoladas unifamiliares e bifamiliares;
- f)
- g)
- 2 —

Artigo 16.º

[...]

- 1 —
- 2 — São constituídas servidões particulares, à superfície e subterráneas, para a implantação dos caminhos e túneis afectos ao golfe, para circulação de jogadores de golfe e seus equipamentos de apoio (*buggy pathways*) nos espaços públicos de infra-estruturas viárias e no lote destinado ao estabelecimento hoteleiro, conforme assinalado na planta de implantação.
- 3 — (Anterior n.º 4)

Quadro síntese dos índices urbanísticos regulamentares

Tipologia de edifício:

- MUI — Moradia unifamiliar isolada.
- MBI — Moradia bifamiliar isolada.
- MBG — Moradia bifamiliar germinada
- MBB — Moradia bifamiliar em banda.
- EMC — Edifício multifamiliar em condomínio.
- COM — Edifício para comércio e serviços
- EH — Estabelecimento Hoteleiro
- IGREJA — Igreja
- USO: HAB — Habitação; H — Hotelaria; CD — Comércio;
- S — Serviços;
- CUL — Cultura; L — Lazer; IG — Igreja.

UNIDADE	SUB-UNIDADE	LOTE NÚMERO	TIPOLOGIA DE EDIFÍCIO	ÁREA DE LOTE (m ²)	ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO (m ²)	ÁREA BRUTA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	USO	NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	(*) CÉRCOA MÁXIMA (m)	NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO/PRIVADO	COTA DE SOLERA (m)		
											MÁXIMA	MÍNIMA	
U1	U1A	1 A.1	EMC	3003	1158	2316	HAB	15	6,5	—	45	43	
		1 A.2	EMC	3020	1168	2336	HAB	15	6,5	—	42	41	
		1 A.3	EMC	2620	1011	2022	HAB	15	6,5	—	41	40	
	SUBTOTAL			—	8643	3337	6674	—	45	—	34/90	—	—
	U1B	1 B.1	MBG	927	185	371	HAB	2	6,5	—	44	42	
		1 B.2	MBG	895	179	358	HAB	2	6,5	—	44	42	
		1 B.3	MBG	920	184	368	HAB	2	6,5	—	44	41	
		1 B.4	MBG	885	177	354	HAB	2	6,5	—	42	41	
		1 B.5	MBG	868	174	347	HAB	2	6,5	—	41	40	
		1 B.6	MBG	847	169	339	HAB	2	6,5	—	40	39	
		1 B.7	MBG	826	165	330	HAB	2	6,5	—	40	39	
		1 B.8	MBG	805	161	322	HAB	2	6,5	—	39	38	
		1 B.9	MBG	830	166	332	HAB	2	6,5	—	39	38	
		1 B.10	MBG	905	181	362	HAB	2	6,5	—	39	37	
1 B.11		MBI	1132	226	453	HAB	2	6,5	—	38	37		
1 B.12	MBI	1484	297	500	HAB	2	6,5	—	37	36			
SUBTOTAL			—	11324	2264	4436	—	24	—	0/48	—	—	
TOTAL			—	19967	5601	11110	—	69	—	34/138	—	—	
U2	2.1	EH (f)	30880	8500	24000	H/CUL/L	—	16,0(a)	(d)/(c)	45	42		
TOTAL			—	30880	8500	24000	—	—	(d)/(c)	—	—		
U3	U3A	3 A.1	MBG	787	236	315	HAB	2	6,5	—	45	45	
		3 A.2	MBG	653	196	261	HAB	2	6,5	—	44	44	
		3 A.3	MBG	619	186	248	HAB	2	6,5	—	43	43	
		3 A.4	MBG	616	185	246	HAB	2	6,5	—	43	42	
		3 A.5	MBG	622	187	249	HAB	2	6,5	—	42	41	
		3 A.6	MBG	659	198	264	HAB	2	6,5	—	42	41	
		3 A.7	MBG	657	197	263	HAB	2	6,5	—	41	40	
		3 A.8	MBG	568	170	227	HAB	2	6,5	—	40	39	
		3 A.9	MBG	534	160	214	HAB	2	6,5	—	38	38	
		3 A.10	MBG	617	140	247	HAB	2	6,5	—	38	38	
	SUBTOTAL			—	6332	1855	2534	—	20	—	0/40	—	—
	U3B	3 B.1	EMC	3040	962	1563	HAB	9	6,5	—	46	43	
	SUBTOTAL			—	3040	962	1563	—	9	—	(d)/18	—	—
	U3C	3 C.1	EMC	3555	1204	2331	HAB	13	6,5	—	45	41	
3 C.2		EMC	2908	950	1839	HAB	12	6,5	—	43	40		
SUBTOTAL			—	6463	2154	4170	—	25	—	49/50	—	—	
U3D	3 D.1	IGREJA	5000	—	—	IG	—	—	—	46	43		
SUBTOTAL			—	5000	—	—	—	—	(d)/(c)	—	—		
TOTAL			—	20835	4971	8267	—	54	—	49+(d)/108+(c)	—	—	
U4	U4A	4 A.1	MUI	886	195	310	HAB	1	6,5	—	42	41	
		4 A.2	MUI	829	182	290	HAB	1	6,5	—	43	42	
		4 A.3	MUI	900	198	316	HAB	1	6,5	—	43	43	
		4 A.4	MUI	806	177	282	HAB	1	6,5	—	43	43	
		4 A.5	MUI	861	187	298	HAB	1	6,5	—	43	42	
		4 A.6	MUI	933	204	324	HAB	1	6,5	—	42	42	

UNIDADE	SUB-UNIDADE	LOTE NÚMERO	TIPOLOGIA DE EDIFÍCIO	ÁREA DE LOTE (m ²)	ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO (m ²)	ÁREA BRUTA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	USO	NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	(*) CÉRCOA MÁXIMA (m)	NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO/PRIVADO	COTA DE SOLERA (m)	
											MÁXIMA	MÍNIMA
4		4 A.7	MUJ	960	211	335	HAB	1	6,5	—	42	41
		4 A.8	MUJ	697	153	244	HAB	1	6,5	—	41	40
	SUBTOTAL		—	6862	1507	2398	—	8	—	11/16	—	—
	UAB	4 B.1	MBB	260	260	426	HAB	2	6,5	—	41	41
		4 B.2	MBB	280	280	476	HAB	2	6,5	—	41	41
		4 B.3	MBB	280	280	476	HAB	2	6,5	—	41	41
		4 B.4	MBB	280	280	476	HAB	2	6,5	—	41	41
		4 B.5	MBB	280	280	476	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.6	MBB	290	290	493	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.7	MBB	300	300	500	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.8	MBB	300	300	500	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.9	MBB	300	300	600	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.10	MBB	300	300	600	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.11	MBB	300	300	600	HAB	2	6,5	—	40	40
4 B.12		MBB	300	300	500	HAB	2	6,5	—	40	40	
SUBTOTAL		—	3460	3460	5822	—	24	—	(d)/48	—	—	
TOTAL		—	10322	4967	8220	—	32	—	11+(d)/64	—	—	
U5	USA	5 A.1	EMC	3446	448	776	HAB	5	6,5	—	44	43
			COM (e)			120	C/S	—				
SUBTOTAL		—	3446	448	896	—	6	—	(d)/43	44	43	
U5B	5 B.1	MBI	1400	308	476	HAB	2	6,5	—	43	43	
	5 B.2	MBI	1308	288	446	HAB	2	6,5	—	43	41	
	5 B.3	MBI	1295	285	440	HAB	2	6,5	—	43	41	
	5 B.4	MUJ	1282	256	397	HAB	1	6,5	—	43	41	
	5 B.5	MUJ	1276	256	396	HAB	1	6,5	—	42	40	
	5 B.6	MUJ	1228	246	381	HAB	1	6,5	—	42	40	
	5 B.7	MUJ	1210	242	376	HAB	1	6,5	—	41	39	
	5 B.8	MUJ	1206	257	389	HAB	1	6,5	—	40	39	
	5 B.9	MUJ	1220	244	376	HAB	1	6,5	—	39	36	
	5 B.10	MUJ	1096	219	340	HAB	1	6,5	—	39	35	
	5 B.11	MUJ	1340	288	415	HAB	1	6,5	—	39	34	
	5 B.12	MUJ	1671	334	616	HAB	1	6,5	—	38	32	
	5 B.13	MUJ	1630	326	505	HAB	1	6,5	—	37	32	
	5 B.14	MUJ	877	175	272	HAB	1	6,5	—	37	33	
	5 B.15	MUJ	1118	224	347	HAB	1	6,5	—	37	35	
	5 B.16	MUJ	1211	242	376	HAB	1	6,5	—	37	33	
	5 B.17	MUJ	1223	246	379	HAB	1	6,5	—	31	28	
	5 B.18	MBI	1033	228	362	HAB	2	6,5	—	44	43	
	5 B.19	MBI	1287	288	462	HAB	2	6,5	—	43	43	
	5 B.20	MBI	1324	307	475	HAB	2	6,5	—	43	43	
	5 B.21	MBI	1263	290	448	HAB	2	6,5	—	43	43	
	5 B.22	MUJ	1200	263	392	HAB	1	6,5	—	43	42	
	5 B.23	MUJ	1141	241	374	HAB	1	6,5	—	42	41	
	5 B.24	MUJ	1048	217	336	HAB	1	6,5	—	42	41	
	5 B.25	MUJ	1105	231	358	HAB	1	6,5	—	41	40	

UNIDADE	SUB-UNIDADE	LOTE NÚMERO	TIPOLOGIA DE EDIFÍCIO	ÁREA DE LOTE (m ²)	ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO (m ²)	ÁREA BRUTA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	USO	NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	(*) CÉRCUA MÁXIMA (m)	NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO/PRIVADO	COTA DE SOLERA (m)		
											MÁXIMA	MÍNIMA	
		5 B.26	MUJ	1220	257	399	HAB	1	6,5	—	40	40	
		5 B.27	MUJ	1368	285	441	HAB	1	6,5	—	40	39	
		5 B.28	MUJ	1430	299	463	HAB	1	6,5	—	39	39	
		5 B.29	MUJ	1669	326	600	HAB	1	6,5	—	39	36	
		5 B.30	MUJ	1514	318	494	HAB	1	6,5	—	39	36	
		5 B.31	MUJ	1330	289	417	HAB	1	6,5	—	36	37	
		5 B.32	MUJ	1200	256	397	HAB	1	6,5	—	36	37	
		5 B.33	MUJ	1456	291	451	HAB	1	6,5	—	36	37	
		SUBTOTAL	—	42219	8781	13597	—	40	—	66/60	—	—	
		TOTAL	—	45554	9229	14499	—	46	—	55+10/123	—	—	
U6	U6A	6 A.1	EMC	892	535	1338	HAB	6	9(b)	—	38	37	
		6 A.2	EMC	545	545	1526	HAB	6	9(b)	—	36	35	
		6 A.3	EMC	553	553	1548	HAB	6	9(b)	—	36	36	
		6 A.4	EMC	560	560	1569	HAB	6	9(b)	—	36	36	
		6 A.5	EMC	568	568	1690	HAB	6	9(b)	—	36	36	
		6 A.6	EMC	824	494	1236	HAB	6	9(b)	—	36	36	
		6 A.7	EMC	840	504	1260	HAB	6	9(b)	—	35	35	
			SUBTOTAL	—	4782	3759	10067	—	42	—	35/84	—	—
	U6B	6 B.1	MUI	841	198	314	HAB	1	6,5	—	34	31	
		6 B.2	MUI	913	213	338	HAB	1	6,5	—	34	31	
		6 B.3	MUI	1183	260	414	HAB	1	6,5	—	33	31	
		6 B.4	MUI	1341	295	469	HAB	1	6,5	—	33	30	
		6 B.5	MUI	1561	343	500	HAB	1	6,5	—	32	29	
		6 B.6	MUI	1408	319	500	HAB	1	6,5	—	31	29	
6 B.7		MUI	1095	257	408	HAB	1	6,5	—	30	29		
6 B.8		MUI	1372	302	480	HAB	1	6,5	—	32	29		
6 B.9		MUI	1239	273	434	HAB	1	6,5	—	32	31		
6 B.10		MUI	1251	275	438	HAB	1	6,5	—	30	29		
6 B.11		MUI	1033	227	362	HAB	1	6,5	—	33	29		
6 B.12		MUI	1500	330	500	HAB	1	6,5	—	34	29		
		SUBTOTAL	—	14737	3292	5157	—	12	—	17/24	—	—	
		TOTAL	—	19519	7051	15224	—	54	—	62/108	—	—	
U7		7.1	MBI	913	202	312	HAB	2	6,5	—	41	41	
		7.2	MBI	1027	226	349	HAB	2	6,5	—	41	40	
		7.3	MBI	1062	234	361	HAB	2	6,5	—	41	39	
		7.4	MBI	1057	233	359	HAB	2	6,5	—	41	39	
		7.5	MBI	1072	236	364	HAB	2	6,5	—	41	39	
		7.6	MUI	1086	217	337	HAB	1	6,5	—	41	39	
		7.7	MUI	1115	244	361	HAB	1	6,5	—	40	39	
		7.8	MUI	1184	245	379	HAB	1	6,5	—	40	39	
		7.9	MUI	1200	253	392	HAB	1	6,5	—	40	39	
		7.10	MUI	1187	249	387	HAB	1	6,5	—	39	39	
		7.11	MUI	1245	257	399	HAB	1	6,5	—	39	38	
		7.12	MUI	1435	287	445	HAB	1	6,5	—	39	37	
		7.13	MBI	1043	230	356	HAB	2	6,5	—	40	39	

UNIDADE	SUB-UNIDADE	LOTE NÚMERO	TIPOLOGIA DE EDIFÍCIO	ÁREA DE LOTE (m ²)	ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO (m ²)	ÁREA BRUTA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	USO	NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	(*) CÉRCEA MÁXIMA (m)	NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO/PRIVADO	COTA DE SOLEIRA (m)	
											MÁXIMA	MÍNIMA
		7.14	MBI	1000	233	359	HAB	2	6,5	—	40	38
		7.15	MBI	1030	240	371	HAB	2	6,5	—	39	36
		7.16	MBI	973	227	350	HAB	2	6,5	—	38	35
		7.17	MBI	994	234	362	HAB	2	6,5	—	38	34
		7.18	MUI	1026	217	336	HAB	1	6,5	—	38	34
		7.19	MUI	1212	242	376	HAB	1	6,5	—	38	33
		7.20	MUI	1262	252	391	HAB	1	6,5	—	39	34
		7.21	MUI	1300	280	403	HAB	1	6,5	—	39	34
		7.22	MUI	1043	209	323	HAB	1	6,5	—	39	36
		7.23	MUI	736	147	228	HAB	1	6,5	—	39	38
		7.24	MUI	986	197	306	HAB	1	6,5	—	39	37
TOTAL			—	26168	5571	8606	—	34	—	40/68	—	—
TOTAL GERAL			—	173355	45890	89920	—	289	—	241+(d)/609+(c)	—	—

Notas:

(*) A cércea máxima define-se como sendo a dimensão máxima vertical da construção, contada a partir do ponto de cota média do terreno no alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço.

(a) A cércea máxima do edificado do estabelecimento hoteleiro 2.1.ª é de 16,0 m e o do edifício 2.1b é de 6,5 m, medidas na fachada onde se localiza a entrada principal. O lote 2.1 é só um único lote.

(b) A cércea é medida na fachada principal do edifício, podendo este ter mais um piso enterrado para uso não habitacional.

(c) O número de lugares de estacionamento privado será determinado em função do respectivo projecto de execução.

(d) O número de lugares de estacionamento público será determinado em função da respectiva operação de loteamento.

(e) O uso Comércio e Serviço deve localizar-se apenas no térreo.

(f) A capacidade máxima do EH é de 159 unidades de alojamento (318 camas) e a categoria é de 5 estrelas.

Artigo 2.º

Alterações às peças desenhadas

1 — São alteradas as seguintes peças desenhadas do Plano:

Planta de Implantação (desenho n.º 1)

Planta de Condicionantes (desenho n.º 2)

Planta da Situação Existente (Desenho n.º 0)

Artigo 3.º

Republicação

É republicado em anexo o Regulamento do Plano de Pormenor de Vale de Lobo 3, com a actual redacção.

ANEXO

Republicação do Regulamento do Plano de Pormenor de Vale do Lobo 3

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto, âmbito e enquadramento

1 — O Plano de Pormenor de Vale do Lobo 3, Plano de Pormenor da Fase 12 do Empreendimento de Vale do Lobo, adiante designado por PPVL3, cria as condições para a execução da Fase 12 do Empreendimento de Vale do Lobo, em que se integra.

2 — O PPVL3 tem por objectivo disciplinar a ocupação, uso e transformação do solo na sua área de intervenção, designadamente as condições de urbanização, edificabilidade e conservação do património paisagístico, tendo sido elaborado ao abrigo do

Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 211/92, de 8 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho em conformidade com as condições e os requisitos definidos no despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e Administração do Território, do Comércio e Turismo e do Ambiente e Recursos Naturais, de 27 de Setembro de 1995 e publicado no Diário da República, 2.ª série, de 28 de Outubro de 1995.

3 — A área de intervenção do PPVL3 é a definida na Planta de Implantação, com uma dimensão de aproximadamente 44 hectares.

Artigo 2.º

Revisão

O PPVL3 será revisto nos termos da lei.

Artigo 3.º

Composição

1 — Constituem elementos fundamentais do PPVL3:

- Regulamento;
- Planta de Implantação (desenho n.º 1);
- Planta de Condicionantes (desenho n.º 2).

2 — Constituem elementos complementares do PPVL3:

- Relatório;
- Planta de Enquadramento (desenho n.º 4);
- Programa de Execução;
- Plano de Financiamento.

3 — Constituem elementos anexos ao PPVL3:

- O extracto do Regulamento, da Planta de Ordenamento do PDM do Concelho de Loulé (desenho n.º 13.2), e da Planta de Condicionantes do PDM de Loulé (desenho n.º 13.3);

- b) O extracto do Regulamento e da Planta de Ordenamento do PROTAL (desenho n.º 13.1);
 c) A Planta da Situação Existente (desenho n.º 0);
 d) Planta de Gestão (desenho n.º 3);
 e) Plantas de trabalho, perfis longitudinais e transversais:
 Planta de modelação do terreno (desenho n.º 5);
 Planta da rede viária, circulação e estacionamento (desenho n.º 6);
 Planta do golfe e espaços exteriores públicos (desenho n.º 7);
 Plantas das redes de distribuição de água (desenhos n.º 8.1, 8.2 e 8.3);
 Plantas das redes de drenagem de águas residuais domésticas e de águas residuais pluviais (desenhos n.º 9.1 e 9.2);
 Planta da rede de distribuição de energia eléctrica e iluminação pública (desenhos n.º 10.1 e 10.2);
 Plantas das redes de telecomunicações e de TV por Cabo (desenho n.º 11);
 Perfis longitudinais e transversais-tipo dos arruamentos (desenhos n.º 12.1 e 12.2).

Artigo 4.º

Vinculação

Obedecerão ao disposto no presente Regulamento todas as acções de iniciativa pública, privada ou cooperativa que tenham por objecto ou consequência a ocupação, uso ou transformação do solo na área de intervenção do PPVL3.

Artigo 5.º

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

- 1 — Devem ser cumpridas todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor.
 2 — Ao longo do caminho vicinal não classificado VP0/VNC 522, marginante norte da área do PPVL3, para o qual se propõe o aumento de duas faixas em cada sentido e um separador central arborizado deve corresponder uma zona não aedificandi de 10 m do limite da plataforma, nos termos do artigo 14.º do Regulamento do PDM de Loulé, em vigor, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/95 de 24 de Agosto.

Artigo 6.º

Noção e aplicação de conceitos

- 1 — O PPVL3 adopta as definições constantes do artigo 7.º do regulamento do PDM de Loulé em vigor, com excepção das definições caracterizadas de diferente modo no presente regulamento.
 2 — Entende-se por unidade de gestão uma parcela de terreno para a qual são definidos usos e ocupações, respectivos parâmetros urbanísticos e o regime de fraccionamento.
 3 — Sempre que uma unidade inclua vários usos distintos ou o plano estabeleça diversos regimes de fraccionamento, é subdividida em subunidades de gestão.
 4 — O faseamento da execução do Plano através da realização de Operações de Loteamento e respectivas Obras de Urbanização deve respeitar a divisão da área do Plano nas unidades de gestão ou seus conjuntos.
 5 — As operações de loteamento serão realizadas nos termos da lei e deverão incluir os projectos de execução dos espaços exteriores públicos.

CAPÍTULO II

Disposições gerais relativas a usos e ocupações

Artigo 7.º

Usos do solo

Na área de intervenção do PPVL3 são admitidos os seguintes usos do solo:

- a) Habitação, nas tipologias de moradia isolada, geminada e em banda, nas subunidades U1.A.U1.B, U3.A, U3.B, U3.C, U4.A, U4.B, U5.A, U5.B, U6.A, U6.B e unidade U7;
 b) Hotelaria, na unidade U2;

- c) Comércio e serviços, na subunidade U5.A;
 d) Cultura, recreio e lazer, em edifícios polivalentes, destinados a actividades de animação cultural e espectáculos, associados ao estabelecimento hoteleiro, na unidade U2;
 e) Espaços verdes, incluindo Campos de Golfe (V1, V2, V3, V4 e V5), Áreas Verdes e de Utilização Colectiva do domínio público municipal, logradouros privados colectivos e logradouros privados individuais;
 f) Equipamento destinado a igreja, na subunidade U3.D;
 g) Circulação e estacionamento em todas as subunidades.
 h) Infra-estruturas públicas e equipamentos.

Artigo 8.º

Implantação

- 1 — A área máxima de implantação admitida para cada lote é a fixada na tabela incluída na planta de implantação, bem como nos quadros que se reproduzem em anexo ao presente Regulamento.
 2 — Cada polígono base para a implantação, definido nos termos do artigo 10.º do decreto-lei n.º 69/90, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, consagra os afastamentos mínimos das construções, incluindo anexos, arrecadações, garagens, terraços cobertos e alpendres, aos limites do lote ou unidade ou sub-unidade de gestão respectivos, e encontra-se delimitado na Planta de Implantação.
 3 — Excluem-se do número anterior piscinas, terraços descobertos, churrascos fixos e elementos decorativos exteriores distintos dos previstos no número anterior e desligados dos edifícios de habitação que, em qualquer caso, em cada lote confrontante com o golfe, deverão respeitar o afastamento mínimo de 3 m ao seu limite confrontante com o golfe, excepto no que respeita aos lotes 6. A1 a 6. A5 delimitados na planta de implantação.
 4 — O polígono-base de implantação do estabelecimento hoteleiro inclui também as áreas de implantação de todos os equipamentos e instalações, designadamente, piscinas, estacionamento, anexos e todas as áreas pavimentadas, excepto acessos.
 5 — De modo a garantir o cumprimento do regulamento geral do ruído, a implantação das edificações dos lotes 3B.1 e 3D.1 deve respeitar um afastamento mínimo de 23 metros ao eixo da via VP0/VNC 522, conforme previsto na planta de implantação.

Artigo 9.º

Impermeabilização do solo e coberto arbóreo

- 1 — Em cada lote a superfície total impermeabilizada não poderá exceder 50 % da área total do lote em tipologias de moradia isolada e de 70 % nas restantes tipologias de edifícios para habitação e outros usos, excepto na subunidade U4. B, assim como nos lotes 6A.1 a 6A.7, devidamente delimitados na planta de implantação.
 2 — Na subunidade U4.B a superfície total impermeabilizada do conjunto de todos os lotes não poderá exceder 70 % da área total da sub-unidade.
 3 — No cálculo da superfície total impermeabilizada inclui-se a área de implantação de cada edifício, anexos, piscina e áreas pavimentadas impermeáveis e ou semi-permeáveis.
 4 — Os pavimentos semi-permeáveis, tais como calçadas em cubos de pedra assente em base de areia sem ligante hidráulico e pavimentos em terra batida não argilosa, são contabilizados em 50 % para o cálculo da superfície total impermeabilizada.
 5 — O coberto arbóreo existente na parcela deverá ser preservado, tanto quanto possível, na definição das implantações de edifícios, piscinas e terraços, devendo as árvores abatidas ser substituídas por novos indivíduos segundo a definição a estabelecer no projecto de espaços exteriores respectivos.

Artigo 10.º

Áreas brutas de construção

- 1 — As áreas brutas máximas de construção a realizar em cada lote ou unidade ou subunidade de gestão, são as indicadas na tabela incluída na Planta de Implantação, bem como nos quadros que se reproduzem em anexo ao presente Regulamento.
 2 — São excluídas das áreas brutas de construção as áreas correspondentes a instalações técnicas, alpendres, varandas, terraços e estacionamento enterrados.

Artigo 11.º

Volúmetrias e cêrceas

1 — Entende-se por cêrcea a dimensão vertical da construção contada a partir do ponto de cota média do terreno no alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço.

2 — A cêrcea máxima é a indicada na tabela incluída na planta de implantação, bem como nos quadros que se reproduzem em anexo ao presente Regulamento.

3 — A distância máxima entre pisos é de 3,0 metros para todos os usos (habitação, comércio e serviços), à excepção do piso térreo para uso comércio e serviços que é de 3,60 metros.

4 — Os valores indicados no n.º 2 não se aplicam aos edifícios para estabelecimento hoteleiro, cultura, recreio e lazer, bem como equipamento religioso.

5 — No lote destinado ao estabelecimento hoteleiro, a área assinalada a tracejado no interior do seu polígono base de implantação, a sul da rotunda onde se inserem a EM 527 e a VP0/VNC 522, deverá adoptar uma solução arquitectónica da volumetria edificada que assegure desafogo visual.

6 — Nos lotes confinantes com o golfe, a implantação de moradias a menos de 10 metros do limite confinante com o golfe, implica um recuo mínimo nesse alçado da fachada ao nível do piso térreo de 6 metros e de 9 metros no piso elevado.

7 — Excepcionam-se do disposto no número anterior os lotes 3.A.1 a 3.A.10; 4.A.4 e 4.A.8; 5.B.14, 5.B.17, 5.B.18, 5.B.24, 5.B.25, 5.B.31; 6.A.1 a 6.A.5; 6.B.1, 6.B.2, 6.B.7 e 6.B.8; 7.1, 7.13 e 7.22 a 7.24, em que o mencionado recuo não permite observar a área máxima de implantação e de construção previstas no presente Plano.

8 — Em lotes com declives médios superiores a 8 % podem adoptar-se soluções arquitectónicas com meios pisos, desnivelados em meia distância entre pisos.

9 — A cêrcea máxima para hotelaria é de 16 metros, medida na fachada onde se localiza a entrada principal.

Artigo 12.º

Moradias bifamiliares, isoladas e geminadas

Sempre que o número máximo de fogos por moradia seja dois, poderá ser construída, de acordo com a tabela constante da Planta de Implantação, no lote respectivo, uma moradia bifamiliar em propriedade horizontal, com duas fracções.

Artigo 13.º

Estacionamento em cada lote ou unidade

1 — Cada lote ou subunidade destinados a habitação deve dispor no seu interior, no mínimo, de 2 lugares de estacionamento por fogo, para veículos ligeiros.

2 — Cada lote destinado a comércio e serviços, deve dispor, no mínimo, no seu interior, de 1 lugar de estacionamento, para veículos ligeiros, por cada 25 m² de área bruta de construção.

3 — Na parcela destinada a estabelecimento hoteleiro a área a reservar para estacionamento no interior da parcela deve corresponder a um lugar de estacionamento por cada 3 unidades de alojamento, para veículos ligeiros, acrescido de um lugar de estacionamento por cada 50 unidades de alojamento, para veículos pesados.

4 — Para os equipamentos previstos, nomeadamente para a igreja, as áreas mínimas a reservar para estacionamento de veículos ligeiros, para espaços com capacidade inferior a 250 lugares, devem corresponder a 3 lugares de estacionamento por cada 10 lugares sentados e, para espaços com capacidade superior a 250 lugares, devem corresponder a 3,5 lugares de estacionamento por cada 10 lugares sentados.

5 — A área destinada a estacionamento deve dispor de:

- 20 m² por lugar descoberto à superfície, por veículo ligeiro;
- 25 m² de área bruta de construção por lugar em estacionamento coberto, por veículo ligeiro;
- 75 m² por cada lugar de estacionamento descoberto à superfície, por veículo pesado;
- 130 m² de área bruta de construção por lugar em estacionamento coberto, por veículo pesado.

6 — Os acessos aos estacionamentos no interior de lotes de moradias isoladas ou geminadas não devem constituir rampas escavadas em trincheira, nos logradouros privados.

7 — Os números de lugares de estacionamento público e privado, estes no interior dos lotes, para veículos ligeiros e por unidade ou sub-unidade, são os indicados na tabela incluída na Planta de Implantação, bem como nos quadros que se reproduzem em anexo ao presente regulamento.

Artigo 14.º

Vedações, logradouros privados e acessos

1 — A modelação do terreno no interior de cada lote deve ser limitada aos acertos indispensáveis à implantação das construções e à concordância de cotas entre os lotes e as vias que os marginam.

2 — Nos limites dos lotes, unidades e subunidades de gestão é apenas permitida a plantação de sebes vivas com eventual vedação não aparente cujas características devem ser especificadas no projecto de loteamento respectivo, excepto ao longo do arruamento da unidade U5.

3 — Não se aplica o disposto no número anterior quando, por razões técnicas, haja necessidade de construir muros de suporte de terras, nos limites dos lotes, desde que não confinem com o golfe, não podendo no entanto, tais muros, exceder 0,80 m acima do terreno com cota superior.

4 — Ao longo dos limites dos lotes confinantes com o arruamento da unidade U5 é permitida a construção de muro em alvenaria, a detalhar no projecto de loteamento respectivo.

5 — Não são permitidas vedações metálicas de qualquer tipo, por si, ou encimando muros de alvenaria.

6 — Os projectos de construção em lotes com logradouro privativo devem incluir um projecto de espaços exteriores do logradouro.

7 — Não são permitidos acessos públicos aos lotes, a partir do golfe.

8 — Não são permitidos acessos aos lotes marginados pela via VP0/VNC 522, a partir desta via, excepto ao lote do estabelecimento hoteleiro, conforme indicado na planta de implantação.

CAPÍTULO III

Regime específico das unidades de gestão

Artigo 15.º

Unidades de gestão e usos

1 — São estabelecidas as seguintes unidades e subunidades de gestão, conforme a Planta de Implantação anexa:

a) Unidade U1, destinada a habitação, que integra a subunidade U1.A destinada a conjuntos de edifícios (multifamiliares ou moradias) em regime de propriedade horizontal e a subunidade U1.B destinada a moradias isoladas ou geminadas bifamiliares.

b) Unidade U2, destinada a estabelecimento hoteleiro e equipamentos acessórios ou de cultura, de recreio e lazer;

c) Unidade U3, que integra a subunidade U3.A destinada a moradias geminadas bifamiliares, as subunidades U3.B e U3.C destinadas a conjuntos de edifícios (multi-familiares ou moradias) em regime de propriedade horizontal, e a subunidade U3.D destinada a igreja.

d) Unidade U4, destinada a habitação, que integra a subunidade U4.A destinada a moradias isoladas unifamiliares e a subunidade U4.B destinada a moradias bifamiliares em banda sem logradouro privativo.

e) Unidade U5, que integra a subunidade U5.A destinada a comércio e serviços e habitação e a subunidade U5.B destinada a habitação em moradias isoladas unifamiliares e bifamiliares;

f) Unidade U6, destinada a habitação, que integra a subunidade U6.A destinada a conjuntos de edifícios (multi-familiares ou moradias) em regime de propriedade horizontal, e pela subunidade U6.B destinada a habitação em moradias isoladas unifamiliares.

g) Unidade U7 destinada a habitação em moradias isoladas unifamiliares e bifamiliares.

2 — As áreas V1, V2, V3, V4 e V5 destinam-se a campos de golfe.

Artigo 16.º

Servidões particulares

1 — São constituídas servidões subterrâneas para a implantação de infraestruturas enterradas nas áreas V1, V2, V3 e V4, conforme assinalado na Planta de Implantação.

2 — São constituídas servidões particulares, à superfície e subterráneas, para a implantação dos caminhos e túneis afectos ao golfe, para circulação de jogadores de golfe e seus equipamentos de apoio (buggy pathways) nos espaços públicos de infra-estruturas viárias e no lote destinado ao estabelecimento hoteleiro, conforme assinalado na planta de implantação.

3 — As servidões estabelecidas nos números anteriores do presente artigo determinam o direito de acesso e de livre reparação à entidade responsável pela exploração e manutenção das infraestruturas referidas nos números anteriores e o dever de subsequente reposição do terreno, pavimentos e do coberto vegetal pela mesma entidade, no mínimo nas condições encontradas antes da intervenção.

Artigo 17.º

Implementação

1 — O faseamento de execução do Plano deve corresponder às unidades de gestão, ou seus agrupamentos, sendo qualquer fase antecipável por forma a permitir uma maior flexibilidade na execução do Plano.

2 — A implementação de cada fase de execução do Plano deve ser acompanhada de medidas que minimizem os impactes negativos sobre a área do campo de golfe.

3 — Na implementação do Plano deve ser cumprida a legislação em vigor sobre o Ruído, designadamente o Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.

CAPÍTULO IV

Ordem arquitectónica

Artigo 18.º

Finalidade e âmbito

1 — Para assegurar a coerência da linguagem arquitectónica e a interligação de alguns dos seus elementos constitutivos estabelecem-se, no presente capítulo, as normas definidoras de uma ordem arquitectónica, tendo em vista contribuir para a qualificação dos espaços a urbanizar.

2 — As Operações de Loteamento devem detalhar os princípios e normas estabelecidos no presente capítulo.

Artigo 19.º

Princípio da não discriminação entre fachadas

Todas as fachadas de um mesmo edifício (fachada principal ou nobre, fachada posterior ou de traseiras e fachadas laterais, quando existam) devem ser objecto de tratamento arquitectónico cuja eventual diferenciação não se traduza em discriminação.

Artigo 20.º

Varandas

As varandas, salientes em relação ao plano de fachada, só serão admitidas quando previstas em Operação de Loteamento, que deverá definir a sua métrica.

Artigo 21.º

Cores e materiais de revestimento das fachadas

Para as subunidades que incluam moradias geminadas ou em banda, as cores e materiais de revestimento das fachadas admissíveis deverão ser estabelecidas na Operação de Loteamento respectiva.

Artigo 22.º

Mobiliário urbano

1 — As operações de loteamento devem prever soluções e estabelecer normas para a localização e integração urbanística e arquitectónica das peças de mobiliário urbano, designadamente de armários de infraestruturas e dos sistemas de recolha hermética de lixos.

2 — As peças de mobiliário urbano devem ser localizadas no espaço público por forma a não dificultar a circulação pedonal, recorrendo eventualmente, se necessário, a pequenos enchalços no perímetro dos lotes confrontante com o espaço público.

3 — As caixas de contadores e de ligações aos sistemas de infraestruturas devem localizar-se no perímetro do lote respectivo e integrar-se na vedação sempre que os edifícios sejam recuados em relação ao limite do lote. Em edifícios que ocupem integralmente o lote respectivo, devem integrar-se no próprio edifício.

Artigo 23.º

Instalações de abastecimento de gás

1 — Não é permitida a instalação de depósitos de gás em qualquer lote, para além do lote previsto especificamente para este fim, na unidade U1.

2 — Todos os lotes devem dispor de ligação à rede pública de gás, abastecida a partir dos Depósitos referidos no número anterior.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 24.º

Equipamentos e espaços verdes e de utilização colectiva e infraestruturas viárias

1 — As áreas de equipamentos e espaços verdes e de utilização colectiva e infra-estruturas viárias são as assinaladas na planta de implantação.

2 — As dimensões dos espaços verdes e de utilização colectiva assinalados na planta de implantação são as seguintes:

Unidade	Área (metros quadrados)
U1.....	280
U3.....	570
U4.....	560
U6.....	1790

3 — O espaço a utilizar para futuro alargamento da via VP0/VNC 522, ao longo do limite norte da área do plano, não está incluído nas áreas indicadas no n.º 2 embora constitua, entretanto, um corredor verde.

4 — A área do PPVL3 inclui a unidade U3D, destinada a igreja, a implementar pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Sebastião do Concelho de Loulé, conforme delimitado na planta de implantação e na planta de gestão.

5 — As necessidades em equipamentos de utilização colectiva locais determinadas pela população prevista para a área do plano são totalmente satisfeitas pelos equipamentos de utilização colectiva existentes e previstos no conjunto do empreendimento de Vale do Lobo.

Artigo 25.º

Contra-ordenações e coimas

1 — Constitui contra-ordenação punível com coima a realização de obras, bem como quaisquer alterações do uso do solo, que violem o disposto no presente Regulamento.

2 — Os montantes das coimas a que se refere o número anterior são fixados nos termos da legislação em vigor sobre Licenciamento de operações de loteamento e de obras promovidas por particulares.

Quadro síntese dos índices urbanísticos regulamentares

Tipologia de edifício:

MUI — Moradia unifamiliar isolada.

MBI — Moradia bifamiliar isolada.

MBG — Moradia bifamiliar germinada

MBB — Moradia bifamiliar em banda.

EMC — Edifício multifamiliar em condomínio.

COM — Edifício para comércio e serviços

EH — Estabelecimento Hoteleiro

IGREJA — Igreja

USO: HAB — Habitação; H — Hotelaria; CD — Comércio; S — Serviços;

CUL — Cultura; L — Lazer; IG — Igreja.

UNIDADE	SUB-UNIDADE	LOTE NÚMERO	TIPOLOGIA DE EDIFÍCIO	ÁREA DE LOTE (m ²)	ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO (m ²)	ÁREA BRUTA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	USO	NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	(*) CÉRCEA MÁXIMA (m)	NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO/PRIVADO	COTA DE SOLERA (m)		
											MÁXIMA	MÍNIMA	
U1	U1A	1 A.1	EMC	3003	1158	2316	HAB	15	6,5	—	45	43	
		1 A.2	EMC	3020	1168	2336	HAB	15	6,5	—	42	41	
		1 A.3	EMC	2620	1011	2022	HAB	15	6,5	—	41	40	
	SUBTOTAL			—	8643	3337	6674	—	45	—	34/90	—	—
	U1B	1 B.1	MBG	927	185	371	HAB	2	6,5	—	44	42	
		1 B.2	MBG	895	179	358	HAB	2	6,5	—	44	42	
		1 B.3	MBG	920	184	368	HAB	2	6,5	—	44	41	
		1 B.4	MBG	885	177	354	HAB	2	6,5	—	42	41	
		1 B.5	MBG	868	174	347	HAB	2	6,5	—	41	40	
		1 B.6	MBG	847	169	339	HAB	2	6,5	—	40	39	
		1 B.7	MBG	826	165	330	HAB	2	6,5	—	40	39	
		1 B.8	MBG	805	161	322	HAB	2	6,5	—	39	38	
		1 B.9	MBG	830	166	332	HAB	2	6,5	—	39	38	
		1 B.10	MBG	905	181	362	HAB	2	6,5	—	39	37	
		1 B.11	MBI	1132	226	453	HAB	2	6,5	—	38	37	
1 B.12		MBI	1484	297	500	HAB	2	6,5	—	37	36		
SUBTOTAL			—	11324	2264	4436	—	24	—	0/48	—	—	
TOTAL			—	19967	5601	11110	—	69	—	34/138	—	—	
U2	2.1	EH (f)	30880	8500	24000	H/CUL/L	—	16,0(a)	(d)/(c)	45	42		
TOTAL			—	30880	8500	24000	—	—	(d)/(c)	—	—		
U3	U3A	3 A.1	MBG	787	236	315	HAB	2	6,5	—	45	45	
		3 A.2	MBG	653	196	261	HAB	2	6,5	—	44	44	
		3 A.3	MBG	619	186	248	HAB	2	6,5	—	43	43	
		3 A.4	MBG	616	185	246	HAB	2	6,5	—	43	42	
		3 A.5	MBG	622	187	249	HAB	2	6,5	—	42	41	
		3 A.6	MBG	659	198	264	HAB	2	6,5	—	42	41	
		3 A.7	MBG	657	197	263	HAB	2	6,5	—	41	40	
		3 A.8	MBG	568	170	227	HAB	2	6,5	—	40	39	
		3 A.9	MBG	534	160	214	HAB	2	6,5	—	38	38	
		3 A.10	MBG	617	140	247	HAB	2	6,5	—	38	38	
	SUBTOTAL			—	6332	1855	2534	—	20	—	0/40	—	—
	U3B	3 B.1	EMC	3040	962	1563	HAB	9	6,5	—	46	43	
	SUBTOTAL			—	3040	962	1563	—	9	—	(d)/18	—	—
	U3C	3 C.1	EMC	3555	1204	2331	HAB	13	6,5	—	45	41	
		3 C.2	EMC	2908	950	1839	HAB	12	6,5	—	43	40	
SUBTOTAL			—	6463	2154	4170	—	25	—	49/50	—	—	
U3D	3 D.1	IGREJA	5000	—	—	IG	—	—	—	46	43		
SUBTOTAL			—	5000	—	—	—	—	(d)/(c)	—	—		
TOTAL			—	20835	4971	8267	—	54	—	49+(d)/108+(c)	—	—	
U4	U4A	4 A.1	MUI	886	195	310	HAB	1	6,5	—	42	41	
		4 A.2	MUI	829	182	290	HAB	1	6,5	—	43	42	
		4 A.3	MUI	900	198	316	HAB	1	6,5	—	43	43	
		4 A.4	MUI	806	177	282	HAB	1	6,5	—	43	43	
		4 A.5	MUI	861	187	298	HAB	1	6,5	—	43	42	
		4 A.6	MUI	933	204	324	HAB	1	6,5	—	42	42	

UNIDADE	SUB-UNIDADE	LOTE NÚMERO	TIPOLOGIA DE EDIFÍCIO	ÁREA DE LOTE (m ²)	ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO (m ²)	ÁREA BRUTA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	USO	NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	(*) CÉRCUA MÁXIMA (m)	NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO/PRIVADO	COTA DE SOLERA (m)	
											MÁXIMA	MÍNIMA
		4 A.7	MUJ	960	211	335	HAB	1	6,5	—	42	41
		4 A.8	MUJ	697	153	244	HAB	1	6,5	—	41	40
	SUBTOTAL		—	6862	1507	2398	—	8	—	11/16	—	—
	U4B	4 B.1	MBB	260	260	426	HAB	2	6,5	—	41	41
		4 B.2	MBB	280	280	476	HAB	2	6,5	—	41	41
		4 B.3	MBB	280	280	476	HAB	2	6,5	—	41	41
		4 B.4	MBB	280	280	476	HAB	2	6,5	—	41	41
		4 B.5	MBB	280	280	476	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.6	MBB	290	290	493	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.7	MBB	300	300	500	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.8	MBB	300	300	500	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.9	MBB	300	300	600	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.10	MBB	300	300	600	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.11	MBB	300	300	600	HAB	2	6,5	—	40	40
		4 B.12	MBB	300	300	500	HAB	2	6,5	—	40	40
SUBTOTAL		—	3460	3460	5822	—	24	—	(d)48	—	—	
TOTAL		—	10322	4967	8220	—	32	—	11+(d)84	—	—	
U5	USA	5 A.1	EMC	3446	448	776	HAB	5	6,5	—	44	43
			COM (e)			120	C/S	—		—		
	SUBTOTAL		—	3446	448	896	—	6	—	(d)43	44	43
	U5B	5 B.1	MBI	1400	308	476	HAB	2	6,5	—	43	43
		6 B.2	MBI	1308	288	446	HAB	2	6,5	—	43	41
		5 B.3	MBI	1295	285	440	HAB	2	6,5	—	43	41
		5 B.4	MUJ	1282	256	397	HAB	1	6,5	—	43	41
		6 B.5	MUJ	1276	256	396	HAB	1	6,5	—	42	40
		5 B.6	MUJ	1228	246	361	HAB	1	6,5	—	42	40
		6 B.7	MUJ	1210	242	376	HAB	1	6,5	—	41	39
		5 B.8	MUJ	1206	257	399	HAB	1	6,5	—	40	38
		5 B.9	MUJ	1220	244	376	HAB	1	6,5	—	39	36
		5 B.10	MUJ	1096	219	340	HAB	1	6,5	—	39	35
		5 B.11	MUJ	1340	288	416	HAB	1	6,5	—	39	34
		6 B.12	MUJ	1671	334	616	HAB	1	6,5	—	38	32
		5 B.13	MUJ	1630	326	605	HAB	1	6,5	—	37	32
		5 B.14	MUJ	877	175	272	HAB	1	6,5	—	37	33
		5 B.15	MUJ	1118	224	347	HAB	1	6,5	—	37	35
		5 B.16	MUJ	1211	242	376	HAB	1	6,5	—	37	33
		6 B.17	MUJ	1223	246	379	HAB	1	6,5	—	31	28
		5 B.18	MBI	1033	228	352	HAB	2	6,5	—	44	43
		6 B.19	MBI	1287	299	462	HAB	2	6,5	—	43	43
		5 B.20	MBI	1324	307	476	HAB	2	6,5	—	43	43
		5 B.21	MBI	1263	290	446	HAB	2	6,5	—	43	43
		6 B.22	MUJ	1200	263	392	HAB	1	6,5	—	43	42
5 B.23		MUJ	1141	241	374	HAB	1	6,5	—	42	41	
6 B.24		MUJ	1048	217	336	HAB	1	6,5	—	42	41	
5 B.25		MUJ	1105	231	358	HAB	1	6,5	—	41	40	

UNIDADE	SUB-UNIDADE	LOTE NÚMERO	TIPOLOGIA DE EDIFÍCIO	ÁREA DE LOTE (m ²)	ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO (m ²)	ÁREA BRUTA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	USO	NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	(*) CÉRCUA MÁXIMA (m)	NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO/PRIVADO	COTA DE SOLEIRA (m)		
											MÁXIMA	MÍNIMA	
		5 B.26	MUJ	1220	257	399	HAB	1	6,5	—	40	40	
		5 B.27	MUJ	1368	285	441	HAB	1	6,5	—	40	39	
		5 B.28	MUJ	1430	299	463	HAB	1	6,5	—	39	39	
		5 B.29	MUJ	1669	326	600	HAB	1	6,5	—	39	36	
		5 B.30	MUJ	1514	318	494	HAB	1	6,5	—	39	36	
		5 B.31	MUJ	1330	289	417	HAB	1	6,5	—	36	37	
		5 B.32	MUJ	1200	256	397	HAB	1	6,5	—	36	37	
		5 B.33	MUJ	1456	291	451	HAB	1	6,5	—	36	37	
		SUBTOTAL	—	42219	8781	13597	—	40	—	66/60	—	—	
		TOTAL	—	45554	9229	14499	—	46	—	55+10/123	—	—	
U6	U6A	6 A.1	EMC	892	535	1338	HAB	6	9(b)	—	38	37	
		6 A.2	EMC	545	545	1526	HAB	6	9(b)	—	36	35	
		6 A.3	EMC	553	553	1548	HAB	6	9(b)	—	36	36	
		6 A.4	EMC	560	560	1569	HAB	6	9(b)	—	36	36	
		6 A.5	EMC	568	568	1690	HAB	6	9(b)	—	36	36	
		6 A.6	EMC	824	494	1236	HAB	6	9(b)	—	36	36	
		6 A.7	EMC	840	504	1260	HAB	6	9(b)	—	35	35	
			SUBTOTAL	—	4782	3759	10067	—	42	—	35/84	—	—
	U6B	6 B.1	MUI	841	198	314	HAB	1	6,5	—	34	31	
		6 B.2	MUI	913	213	338	HAB	1	6,5	—	34	31	
		6 B.3	MUI	1183	260	414	HAB	1	6,5	—	33	31	
		6 B.4	MUI	1341	295	469	HAB	1	6,5	—	33	30	
		6 B.5	MUI	1561	343	500	HAB	1	6,5	—	32	29	
		6 B.6	MUI	1408	319	500	HAB	1	6,5	—	31	29	
6 B.7		MUI	1095	257	408	HAB	1	6,5	—	30	29		
6 B.8		MUI	1372	302	480	HAB	1	6,5	—	32	29		
6 B.9		MUI	1239	273	434	HAB	1	6,5	—	32	31		
6 B.10		MUI	1251	275	438	HAB	1	6,5	—	30	29		
6 B.11		MUI	1033	227	362	HAB	1	6,5	—	33	29		
6 B.12		MUI	1500	330	500	HAB	1	6,5	—	34	29		
		SUBTOTAL	—	14737	3292	5157	—	12	—	17/24	—	—	
		TOTAL	—	19519	7051	15224	—	54	—	62/108	—	—	
U7		7.1	MBI	913	202	312	HAB	2	6,5	—	41	41	
		7.2	MBI	1027	226	349	HAB	2	6,5	—	41	40	
		7.3	MBI	1082	234	361	HAB	2	6,5	—	41	39	
		7.4	MBI	1057	233	359	HAB	2	6,5	—	41	39	
		7.5	MBI	1072	236	364	HAB	2	6,5	—	41	39	
		7.6	MUI	1086	217	337	HAB	1	6,5	—	41	39	
		7.7	MUI	1115	244	361	HAB	1	6,5	—	40	39	
		7.8	MUI	1184	245	379	HAB	1	6,5	—	40	39	
		7.9	MUI	1200	253	392	HAB	1	6,5	—	40	39	
		7.10	MUI	1187	249	387	HAB	1	6,5	—	39	39	
		7.11	MUI	1245	257	399	HAB	1	6,5	—	39	38	
		7.12	MUI	1435	287	445	HAB	1	6,5	—	39	37	
		7.13	MBI	1043	230	356	HAB	2	6,5	—	40	39	

UNIDADE	SUB-UNIDADE	LOTE NÚMERO	TIPOLOGIA DE EDIFÍCIO	ÁREA DE LOTE (m ²)	ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO (m ²)	ÁREA BRUTA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	USO	NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	(*) CÉRCEA MÁXIMA (m)	NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO/PRIVADO	COTA DE SOLEIRA (m)	
											MÁXIMA	MÍNIMA
		7.14	MBI	1000	233	359	HAB	2	6,5	—	40	38
		7.15	MBI	1030	240	371	HAB	2	6,5	—	39	36
		7.16	MBI	973	227	350	HAB	2	6,5	—	38	35
		7.17	MBI	994	234	362	HAB	2	6,5	—	38	34
		7.18	MUI	1026	217	336	HAB	1	6,5	—	38	34
		7.19	MUI	1212	242	376	HAB	1	6,5	—	38	33
		7.20	MUI	1262	252	391	HAB	1	6,5	—	39	34
		7.21	MUI	1300	280	403	HAB	1	6,5	—	39	34
		7.22	MUI	1043	209	323	HAB	1	6,5	—	39	36
		7.23	MUI	736	147	228	HAB	1	6,5	—	39	38
		7.24	MUI	986	197	306	HAB	1	6,5	—	39	37
TOTAL				—	26168	5571	8606	—	34	—	40/68	—
TOTAL GERAL				—	173355	45890	89920	—	289	—	241+(d)/609+(c)	—

Notas:

(*) A cércea máxima define-se como sendo a dimensão máxima vertical da construção, contada a partir do ponto de cota média do terreno no alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço.

(a) A cércea máxima do edifício do estabelecimento hoteleiro 2.1.^a é de 16,0 m e o do edifício 2.1b é de 6,5 m, medidas na fachada onde se localiza a entrada principal. O lote 2.1 é só um único lote.

(b) A cércea é medida na fachada principal do edifício, podendo este ter mais um piso enterrado para uso não habitacional.

(c) O número de lugares de estacionamento privado será determinado em função do respectivo projecto de execução.

(d) O número de lugares de estacionamento público será determinado em função da respectiva operação de loteamento.

(e) O uso Comércio e Serviço deve localizar-se apenas no térreo.

(f) A capacidade máxima do EH é de 159 unidades de alojamento (318 camas) e a categoria é de 5 estrelas.

605348255

MUNICÍPIO DA MADALENA

Aviso n.º 22780/2011

Lista Unitária de Ordenação Final

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011 de 6 de Abril, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum, para constituição de relação pública de emprego por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional (Fiel de Armazém), da carreira geral de Assistente Operacional, do mapa de pessoal da Câmara Municipal da Madalena, aberto por deliberação da Câmara Municipal de 21 de Abril de 2011, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 13 de Julho de 2011, depois de homologada por meu Despacho, datado de 31 de Outubro de 2011.

1.º Luís Carlos Machado Gaspar — 16,025 valores

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do citado artigo 36.º, ficam notificados todos os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de selecção, do acto de homologação da lista unitária de ordenação final, que se encontra afixada nestes serviços e na página electrónica do Município.

4 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *José António Marcos Soares*.

305324854

MUNICÍPIO DA MEALHADA

Aviso n.º 22781/2011

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6

de Abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal para recrutamento de 1 Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para integrar o Sector de Ambiente e Serviços Urbanos da Divisão de Administração e Conservação do Território, cujo aviso foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 14 de Julho de 2011, foi homologada por despacho do Presidente da Câmara datado de 31 de Outubro de 2011, encontra-se afixada no átrio desta Câmara Municipal e está disponível na página electrónica do Município.

31 de Outubro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Carlos Alberto da Costa Cabral*.

305328872

MUNICÍPIO DA MOITA

Aviso n.º 22782/2011

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, se torna público que, por despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 7 de Maio de 2011, nos termos dos artigos 59.º a 63.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, foi autorizada a mobilidade interna, dos Serviços Municipalizados de Loures para esta Autarquia, do trabalhador Sérgio Manuel Lage Afonso (Assistente Operacional-Conductor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), com a 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 2 da TRU (€532,08), pelo período de 18 meses, com início a 1 de Outubro de 2011.

20 de Outubro de 2011. — Por subdelegação de competências (despacho n.º 02/X/VP/09), a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosária Maria Soares Murça*.

305314704